

NOSSOS CLÁSSICOS

PAUL VIDAL DE LA BLACHE
(1845-1918)

“Estados e Nações”:

Vidal no cruzamento entre as dimensões política e cultural da Geografia

Em “Nossos Clássicos” deste número damos sequência à tradução do trabalho de um dos maiores clássicos da Geografia, Paul Vidal de la Blache, agora com trechos de uma de suas primeiras grandes obras, na verdade, seu terceiro livro, “États et Nations de l’Europe autour de la France” (Estados e nações da Europa em torno da França), de 1889¹. Trata-se de uma obra vasta, de 567 páginas, produto de suas viagens de férias pela Europa, dividida nos seguintes tópicos: “Preliminares”, em que analisa as características físicas e demográficas (incluindo a questão da língua) da Europa no seu conjunto; “Suíça”; “Império Alemão”; “Reino da Bélgica”; “Reino dos Países Baixos”; “Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda” (numa época em que toda a Irlanda era uma possessão inglesa); “Península Ibérica” (aspectos físicos e populacionais) – acrescida de “Reino da Espanha” e “Reino de Portugal”; e finalizando com “Reino da Itália”.

No nosso ponto de vista, a importância desse trabalho, revestido também de um evidente objetivo didático, encontra-se ligada a dois aspectos principais:

- a) sua abordagem geopolítica, antecipando em muito um “Vidal geógrafo político” pretensamente redescoberto por Yves Lacoste apenas no final de sua obra,

¹. Seus dois primeiros livros foram “Marco Pólo: son temps et ses paysages” (Paris: Hachette, 1880), considerado já por Sanguin (1993) “uma obra-prima de geografia política histórica” (p. 127), e “La Terre. Géographie physique et économique: histoire sommaire des découvertes” (Paris: Delagrave, 1883)

basicamente em “França do Leste”, de 1917 (Lacoste, 1988);

- b) seu debate, tão pouco lembrado, nesse caso, relativo à dimensão cultural da Geografia, especialmente em relação ao papel da língua na formação dos nacionalismos e à caracterização, num sentido mais amplo, das identidades nacionais e regionais.

Sanguin (1993:324) considera “États et Nations”, “verdadeiramente” o “primeiro manual de Geografia Política” de Vidal. Nele Sanguin vê a fusão entre Geografia e História, detalhando a formação histórica de diversos contextos nacionais, sem esquecer, contudo – e ao mesmo tempo sem sobrevalorizar – as bases físico-naturais em que estão situados. Sanguin enfatiza também sua “geopolítica prospectiva a propósito do expansionismo alemão”, a intensidade das páginas consagradas à formação do povo e do Estado prussiano e suas observações sobre o caso irlandês, “vítima de sua posição geográfica, demasiado próxima da Inglaterra para dela escapar, demasiado grande para ser absorvida”. (Sanguin, 1993:128)

Optamos por trabalhar aqui com trechos ou itens esparsos mas que foram escolhidos dentro de um critério minimamente comum. Assim, no conjunto, esses trechos (na maior parte deles itens integrais) representam uma abordagem coerente em torno das questões gerais da nacionalidade (em alguns casos, também, da regionalidade) e da cultura (especialmente em relação aos traços identitários, como a língua), através da análise, feita por Vidal, dos casos suíço, holandês, inglês, escocês, irlandês, ibérico (português e espanhol), catalão, alemão e italiano.

Logo na introdução de seu trabalho, Vidal destaca a importância da relação entre língua e nacionalidade – a língua podendo se tornar, às vezes, “tudo o que permanece” do patrimônio nacional, representando “as lembranças do passado e as esperanças do futuro” (1889:41). Mas, contrariando as visões étnicas de nação, dominantes na Europa Oriental, logo ele relativiza esta leitura, na medida em que “a palavra nacionalidade exprime outra coisa e mais do que uma simples relação de língua”. Para Vidal, “uma nação é um ser moral” (p. 41). Como que antecipando a “comunidade imaginada” pela qual Benedict Anderson (1989) definiu, mais recentemente, a nação, para ele “a natureza e as combinações da política preparam, a história cimenta essas associações que denominamos nações ou povos, mas elas vivem de lembranças, de ideias, de paixões, e mesmo de preconceitos tornados comuns” (1889:41).

Preconceitos que ele próprio acaba, de certa forma, depois, também reproduzindo, quando fala, por exemplo, da distinção entre galegos e bascos, os primeiros “menos vigorosos (...) e mesmo um pouco pesados de espírito e de corpo” (p. 342). No caso de catalães e castelhanos, sua distinção aparece associada, respectivamente, a agilidade e inércia, espírito prático e idealista (“dom-quixotismo” de Castela); ação e negócios x arte e eloquência (homens de ação x pensadores; comerciantes; banqueiros x políticos). Quanto aos irlandeses, “normalmente doces e de humor fácil, eles são suscetíveis a se exaltarem e sofrerem os arrebatamentos de uma natureza com tendências ao excesso” (p. 314).

“Há simpatias que valem mais do que as afinidades de língua” (p. 41), dirá ele, para exemplificar com o caso da Alsácia que, já neste ponto inicial de sua obra, é defendida como domínio francês – seu “patois” alemão não se sobrepunha à “alma” francesa que ali predominava. No caso da relação complicada entre Catalunha e Castela, ele afirma que o “particularismo inato” catalão, “no qual se inclui uma forte parcela de antipatia instintiva contra a política madrilenha, está prestes a despertar a qualquer momento” (1889:398).

Ao se reportar à realidade suíça, Vidal enaltece seu caráter democrático, liberal, multicultural e descentralizado, pois já realizava, àquela época, frequentes referenduns ou “consultas diretas” para várias questões de interesse de toda a nação. Para ele, numa defesa clara da descentralização política, “por um privilégio bastante raro na Europa”, os suíços conseguiram manter, frente à unidade nacional, as “liberdades de seus membros”, limitando “ao estritamente necessário o mecanismo do poder central”, deixando assim “aos organismos locais toda facilidade para agir e se movimentar a seu modo”. Além disso, em mais uma alusão ao caráter universalista de um Estado marcado mais pela unidade territorial (“jus solis”) do que pela uniformidade cultural, ele destaca que a unidade nacional é garantida “fora, ou melhor, por sobre as considerações de religiões e de raças”, merecendo por isso a Suíça “ser observada como uma alta expressão da civilização europeia” (1889:65).

Outro elemento a ser ressaltado, já presente nessa obra de Vidal e nos trechos aqui traduzidos, é o tratamento das migrações. No caso suíço, por exemplo, ele destaca a presença de 214 mil estrangeiros em 1880, responsáveis pelo caráter “cosmopolita” de cidades como Zurique e Genebra. Na península ibérica ele enfatiza o efeito mais positivo que negativo da emigração para as antigas colônias, “emigração que arrebatava seus homens, mas que em parte os devolve, e que os torna assim mais ricos, mais ativos, o espírito mais aguçado e mais livre” (p. 419). No caso

português, já àquela época, ele identifica a contribuição – ainda hoje muito evidente, porém agora com os portugueses que vivem ou que retornam de países europeus como a França – dos imigrantes retornados após o enriquecimento na América, ““americanos’ enriquecidos” aos quais “pertence a maior parte das *villas* que contribuem para conferir um ar de opulência às zonas rurais do norte” de Portugal. (p. 417).

Em termos mais estritamente geopolíticos temos até mesmo recomendações ligadas à estratégia militar, como no caso da Itália, onde Vidal destaca a necessidade de desenvolver a potência naval italiana como forma de superar o entrave da difícil mobilidade de suas forças militares terrestres. Analisando com detalhes estatísticos a situação militar italiana, Vidal conclui:

Reduzida à assistência às vias terrestres, a Itália continua num estado de inferioridade relativa no que tange à rapidez da mobilização. É preciso que ela suplante a insuficiência das comunicações terrestres com um sistema bem organizado de comunicações marítimas. Ela precisa ser forte no mar para garantir o manejo de seus recursos militares. Explica-se assim porque a formação de uma potência naval imponente pareceu a seus homens de Estado o corolário obrigatório de sua unidade. (Vidal de la Blache, 1889:533)

Em síntese, esta obra – ainda que reduzida aqui a alguns breves momentos (cerca de 20 páginas) – sem dúvida será para o leitor brasileiro uma grata surpresa, contribuindo ainda mais, sobremaneira, para superar uma série de simplificações, pré-julgamentos e mesmo de preconceitos que ainda cercam a obra de Vidal em nosso contexto, e que trabalhos como os de Gomes (1996) e Ribeiro (2009) já contribuíram para transformar.

Rogério Haesbaert

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, B. 1989. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática.
- GOMES, P. 1996. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- LACOSTE, Y. 1988. *A região, isto serve antes de mais nada para fazer a guerra*. Campinas: Papirus.
- RIBEIRO, G. 2008. *Espaço, tempo e epistemologia no século XX: a Geografia na obra de Fernand Braudel*. Tese de Doutorado em Geografia. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.
- SANGUIN, A.L. 1993. *Vidal de la Blache: um génie de la Géographie*. Paris: Belin.
- VIDAL DE LA BLACHE, P. 1917. *La France de l'Est*. Paris: Armand Colin.

ESTADOS E NAÇÕES DA EUROPA em torno da França*

(extratos referentes à questão da formação nacional e regional)
Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889

Língua e Nacionalidade

A língua é uma parte do patrimônio nacional. Por vezes é tudo que dele permanece. Ela representa assim as lembranças do passado e as esperanças do futuro. É desse modo que os poloneses permanecem extremamente fiéis à sua língua nacional, que os tchecos a defendem contra as intrusões do alemão. O primeiro passo dos romenos rumo à emancipação consistiu em revalorizar seu velho idioma.

Mas a palavra nacionalidade exprime outra coisa e mais do que um simples aspecto de linguagem. Uma nação é um ser moral. A natureza e as combinações da política preparam, a história cimenta essas associações que denominamos nações ou povos, mas elas vivem de lembranças, de ideias, de paixões, e mesmo de preconceitos tornados comuns. Se essa intimidade não existe, basta ver o que se passa entre ingleses e irlandeses para reconhecer que a comunidade de língua tem pouco efeito. Ao contrário, o exemplo da Alsácia, tão francesa com seu *patois*² alemão, mostra que há simpatias que valem mais que as afinidades de língua, e que, a despeito das classificações as mais bem fundadas da gramática, formam-se laços que não se podem romper sem que se atinja o mais profundo da alma.

(p. 41)

* Edição original de 1889: “États et nations de l’Europe autour de la France”. Paris: Librairie Charles Delagrave. Tradução: Rogério Haesbaert. Revisão: Roberta Ceva.

². “Falar restrito a certos signos (fatos fonéticos ou regras de combinação), utilizado somente sobre uma área reduzida e numa comunidade determinada, geralmente rural”, segundo o Larousse – Dictionnaire de la langue française (N.T.).

O caráter político da nacionalidade suíça

Pode-se dizer da Suíça que, com sua diversidade de solo, de cultura e de habitantes, este pequeno país é como uma síntese da Europa central. Protestantes ali se encontram com católicos, alemães com romanches, a vida manufatureira das cidades com a vida pastoril das montanhas. Os estrangeiros para ali se dirigem em grande número, a maior parte por uma estação, mas um bom número também para ali fixar-se³. Cidades como Genebra ou Zurique tem um caráter cosmopolita bem marcado.

O suíço, entretanto, permanece muito fiel a si mesmo e em nada se confunde com as nacionalidades vizinhas. Ao invés de ser alemão ou francês, ele é suíço. Sua nacionalidade lhe é ainda mais cara uma vez que ela não se parece com nenhuma outra.⁴ A originalidade das instituições é o laço que une essas raças e confissões diferentes. Por um privilégio bastante raro na Europa, a Suíça conseguiu desenvolver sua vida nacional sem ferir as liberdades de seus membros. Ela pôde limitar ao estritamente necessário o mecanismo do poder central e possibilitar assim aos organismos locais toda facilidade para agir e movimentar-se a seu modo. Isso explica o tipo de ligação que mantém unidos os cidadãos dessa comunidade livre. Estado criado fora, ou melhor, acima das considerações de religiões e de raças, a Suíça merece por isso mesmo ser observada como uma alta expressão da civilização europeia.

Profundas mudanças ocorreram desde o começo do século. Às vésperas da Revolução francesa havia na Suíça duas partes bastante distintas: de um lado, os Treze Cantões, gozando da plenitude de seus direitos políticos; de outro, os sujeitos em condição de completa inferioridade. O Ato de Mediação (19 de fevereiro de 1803) reformou a Suíça num sentido mais liberal. Desde então foram suprimidas todas as distinções entre os cantões, aliados e submetidos; e, em 1815, quando a Suíça se constituiu em seus limites atuais, ela contava com 22 cantões. Cada um deles forma um pequeno Estado com suas memórias históricas e sua própria constituição. Entretanto, o progresso em direção a um certo grau de centralização é inegável. A guerra do *Sonderbund*,⁵ em 1847, foi

³. Havia, em 1º de dezembro de 1880, mais de 214.000 estrangeiros, isto é, um estrangeiro para cada 12 habitantes.

⁴. “Considerem bem, dizia Bonaparte aos deputados suíços, a importância de possuir traços característicos; são eles que afastam a ideia de qualquer semelhança com os outros Estados, que impedem de vos confundir com eles e de ali vos incorporar” (Stapter, *Histoire et description de Berne*, Paris, 1835).

⁵. Em alemão e itálico no original. (N.T.)

seguida de reformas no sentido unitário, as alfândegas interiores foram suprimidas. Cada vez mais, ao longo dos últimos vinte anos, se estabelece o uso do *referendum* ou consulta direta sobre as questões que interessam ao conjunto do povo suíço.

(p. 64-65)

A nacionalidade holandesa

Antes que a história assim decidisse, o isolamento geográfico e as necessidades da luta pela proteção do solo havia preparado a existência de um povo holandês.

Foi uma circunstância feliz para esse país ser separado da Alemanha do norte por uma linha de charnecas e de pântanos. Sua autonomia tirou proveito disso. Por suas origens comuns os holandeses pertencem ao grupo baixo-alemão da família germânica, mas representam uma combinação original de elementos etnográficos, uma mistura de populações que, mesmo originárias de uma base comum, nem por isso deixam de ser bastante diversas. Três raças principais contribuíram para formar o povo holandês: os frísios, os francos e os saxões. Nas partes do território em que não foram misturados eles ainda se distinguem por aspectos de vestuário, de costumes e, sobretudo, por suas ocupações específicas: o frísio, homem do mar por excelência, nas ilhas e na província que levam seu nome; o camponês saxão, nas províncias de Drenthe, Over-Yssel e Gueldre, onde, sobretudo, ele se agrupou, aloja-se e vive como seus semelhantes de Hanover ou da Westfália; os francos, que aparecem em estado puro na província de Brabante e se parecem com seus irmãos da Bélgica. Essas populações não variaram nas suas respectivas residências, ocupando ainda hoje as posições em que se encontravam desde o começo da Idade Média. Mas na Zelândia, assim como nas duas províncias do Sul e de Norte-Holanda, os dois elementos, frísio e franco, misturaram-se um ao outro. Formou-se nessa região constantemente ameaçada, que se estende desde a desembocadura ocidental do Escaut até o Zuiderzee, uma população mista. Foi ela que atingiu o grau mais elevado de desenvolvimento econômico e político e que serviu em definitivo para formar o núcleo da nacionalidade holandesa.

Há menos de três séculos que os Países Baixos setentrionais se libertaram da dominação espanhola para se reunirem no corpo de uma nação, e apenas pouco mais de dois séculos que sua independência foi

sancionada pelo direito público europeu.⁶ Mas a Holanda livre alcançou tamanho progresso como potência marítima, comercial e colonial e soube se manter com a mesma energia contra a Espanha, a Inglaterra e a França, que se firmou ainda mais na consciência de sua nacionalidade.

Há uma língua e uma literatura holandesas, língua falada não somente na Holanda, mas também no Cabo e nas repúblicas sul-africanas. Há uma escola de pintores, praticamente sem rival, que se inspirou quase exclusivamente nas paisagens e no céu holandês, em tipos e cenas de costumes locais e que soube criar obras-primas para decorar as salas de corporação. O presente não poderia ser comparado ao passado. Contudo, a Holanda conserva uma posição honrosa nas artes e nas ciências.

O perigo ao qual foram expostos os Estados há muito detentores de grandes riquezas é uma espécie de prostração que os faz perder o hábito do esforço. A Holanda não escapou inteiramente a este mal das sociedades opulentas. Ela não mostrou na concorrência econômica contemporânea a verve empresarial que a distinguira no passado. Deixou-se distanciar em relação a seus vizinhos. Seus portos foram ultrapassados por Antuérpia e Hamburgo. Sua marinha mercante caiu para a oitava posição na Europa em relação à tonelagem por navios a vela, e para a quinta em relação à tonelagem por navios a vapor. Suas próprias colônias, tão florescentes, viram suas rendas declinarem; e ela mantém há anos em Sumatra uma luta árdua sem resultados decisivos. Ela possui, entretanto, um império colonial que, ainda que mutilado, somente é inferior ao da Grã-Bretanha. Sua marinha militar, com a força de 23 navios blindados, posiciona-se após as de Inglaterra, França, Rússia, Itália e Alemanha. Se na balança atual de forças numéricas da Europa, o curso da história a relegou irrevogavelmente à posição de Estado secundário, o cuidado que possui em organizar sua defesa, por meio das fortalezas construídas em Utrecht e iniciadas em Amsterdam, indica que ela não está nem um pouco disposta a abdicar. A tenacidade perseverante de que os holandeses tantas provas deram é capaz de reagir contra os perigos de uma longa riqueza.

(p. 242-244)

⁶. União de Utrecht, 1579 – Declaração de independência de Haia, 1581 – Tratados de Westfália, 1648.

Formação do povo inglês

Os celtas bretões que ocupavam a maior parte da ilha no começo do período histórico não era um povo marítimo. Eles sofreram, como os celtas gauleses, a conquista romana. Mas a influência de Roma não se exerceu sobre eles com intensidade suficiente para suprimir, como na Gália, os idiomas nativos e substituí-los pelo latim. Jamais se formou um foco de civilização superior suficientemente poderoso para absorver em sua chegada os invasores germânicos.

Esses foram recrutados entre as tribos baixo-alemãs ou escandinavas que habitavam desde as desembocaduras do Reno até o cabo Skagen: foram sobretudo os saxões vizinhos da foz do Elba, os anglos, que ocupavam uma parte do Slesvig,⁷ e os jutos ou habitantes da Jutlândia.⁸ Suas invasões, que se aceleraram por volta da metade do século V,⁹ desencadearam na ilha da Bretanha¹⁰ uma transformação muito mais radical do que na Gália. No continente, as estruturas da antiga sociedade haviam resistido; lá, ao contrário, foram destruídas. Os antigos senhores da terra, repelidos em direção às montanhas, só conseguiram manter sua língua nas extremidades ocidentais da ilha: na península da Cornuália, onde o idioma cônico se extinguiu há um século; no país de Gales, onde o *welsh*¹¹ (nome dado pelos ingleses a este idioma celta) ainda se mantém vigorosamente; nos *Highlands* da Escócia, onde subsiste o gaélico, outro dialeto da mesma família; e enfim, na ilha de Man. Fora dessas áreas o passado bretão e romano só deixou traços em alguns nomes de lugares, de cidades ou de rios.¹² Os galeses do país de Gales são em número superior a um milhão. Eles se distinguem por sua tez mais morena, seus rostos mais

⁷. Nome dinamarquês para Schleswig, em alemão, território que em 1920 foi dividido entre a Alemanha (correspondente à parte sul da península da Jutlândia) e a Dinamarca (parte norte da península) (N.T.).

⁸. Região da península que em sua maior parte compõe hoje a Dinamarca (N.T.).

⁹. Grande invasão dos saxões, anglos, jutos e frisios no ano 419 de nossa era (Bède, *Histoire eclesiastique*, I, 15).

¹⁰. Grã-Bretanha. (N.T.)

¹¹. “Velche” no original em francês (antigo), “galês” em português (N.T.).

¹². Podemos citar: *Cantu*, hoje *Kent*; *Londinium*, *Londinium*, Londres; *Dubrin*, Dover; *Lindum colonia*, Lincoln; *Vectis*, Wight; *Tamesa*, Tâmisia; *Sabrina*, Severn; *Deva*, Dee. A palavra latina *castra* se encontra nas designações de cidades em *cester*, *chester*, *xete*, etc. A persistência desses nomes de lugares prova que o extermínio dos antigos habitantes não foi completa. Mas as cidades com etimologia celta ou romana são a minoria, a maior parte tem nomes de origem germânica.

ovais, do que seus compatriotas anglo-saxões. A maior parte pertence aos cultos protestantes dissidentes.

(...)

Entre os recém-chegados, os jutos não parecem ter sido suficientemente numerosos para esculpirem um domínio especial. Ao contrário, os anglos reúnem-se ao norte e leste da Inglaterra propriamente dita, enquanto os saxões se alojam no sul, onde a lembrança se perpetua nos nomes atuais dos condados.¹³ Desde o século VI, o velho nome de Bretanha desapareceu como nome político, dando lugar ao de *Terra dos Anglos* (Inglaterra). Estes eram os mais numerosos entre os conquistadores, mas o traço dos saxões não se apagou nem um pouco. O termo povo anglo-saxão, com muita frequência empregado no século IX nos atos públicos, exprime a fusão que se opera entre os dois elementos, sendo ainda hoje o nome característico pelo qual o povo inglês gosta de se denominar.

A partir do amálgama entre anglos e saxões o povo inglês já está formado. Entretanto, os elementos escandinavos que a invasão dos jutos já havia introduzido na Grã-Bretanha, foram reforçados no século IX pelas conquistas dos dinamarqueses e noruegueses, os primeiros no norte da Inglaterra, os segundos na Escócia e ilhas vizinhas. Encontramos ainda hoje o vestígio da influência dinamarquesa na linguagem popular e nos tipos da região entre o Humber e o Tweed. “Conta-se aos milhares os nomes provenientes do dinamarquês”.¹⁴ Nordenskiöld conta que os habitantes de Thurso na extremidade setentrional da Escócia se vangloriam de sua origem norueguesa. Até nos condados de Cumberland e de Westmoreland, no nordeste da Inglaterra, estendia-se um rastro de estabelecimentos noruegueses.

Quanto aos normandos já afrancesados que desembarcam com Guillaume, o Conquistador, na costa de Sussex em 1066, é à França muito mais do que à Escandinávia que eles se ligam por sua língua e civilização. Sua influência foi decisiva para a formação do Estado inglês. Mas o fundo anglo-saxão acabou por absorver os conquistadores. O domínio do francês, como língua oficial, somente se deu por um tempo; foi o dialeto dos ingleses do centro que se tornou língua nacional e literária. Apesar de seus inúmeros empréstimos ao vocabulário francês, o inglês é essencialmente

¹³. *Essex*, saxões do leste; *Sussex*, saxões do sul; *Middlesex*, saxões do meio; *Wessex*, saxões do oeste.

¹⁴. Worsaae, *An account of the Danes and Norwegians in England Scotland and Ireland*. Londres, 1852. Entre outros nomes em que parece se revelar a origem escandinava, deve-se citar os nomes de localidades que terminam pela desinência *by*.

germânico.¹⁵ A língua, neste caso, continuou até certo ponto a tradução fiel de sua origem. De fato, não poderíamos contestar seriamente a fisionomia germânica do povo que tomou a direção do desenvolvimento político da ilha.

Mas atentemos para não menosprezar, em busca de pretensas semelhanças, a fisionomia marcante do povo inglês. Apesar de, por suas raízes principais, mergulhar no seio desse mundo instável do germanismo primitivo do qual saíram tantas nações diversas, o que impressiona, tanto nele como em suas obras, mesmo nas mais inferiores, é o caráter, a originalidade enérgica da personalidade. O que ele deseja, ele o quer obstinadamente, ele executa até o fim, trate-se de uma guerra ou de uma exploração, de um esporte ou de um desafio; pois se o obstáculo lhe incomoda, ele não é desses a quem o ridículo intimida. Em sua concepção de família, de direito, da hierarquia social, da religião, o inglês afasta-se absolutamente da maneira de pensar e de agir dos povos que estariam em melhor posição para reclamar uma origem comum. Ele faz, aliás, absoluta questão de que assim seja, e se esforça para não se parecer a nenhum outro. A imitação do exterior, se um defeito for, jamais foi um defeito inglês. Ele não sente muita necessidade de se comunicar com os outros. Sua constituição e suas liberdades, a seus olhos, são bens em relação aos quais é necessário manter o privilégio; seus próprios prazeres, seus jogos, são apenas para eles próprios. “Até em sua própria pátria, diz Kant,¹⁶ o inglês se isola; no estrangeiro eles se agrupam para não ter outra sociedade senão a deles”.

Seu olhar perambula complacente sobre essa faixa marítima que contorna o país e que o integra. Graças ao isolamento relativo que ela lhe dispensa, ele conseguiu escapar das crises que perturbaram o continente ou, pelo menos, ali intervir livremente e na justa medida dos seus interesses. Seu desenvolvimento político se desdobrou com uma continuidade única na Europa. Livre para praticar atividades marítimas, fez de sua frota o pivô de sua grandeza; mas, fundador de uma potência cosmopolita, guardou o espírito local dos insulares. Foi possível avaliar, pela oposição diante da qual recentemente fracassou o projeto do túnel sob o Pas de Calais¹⁷, sua repulsa a tudo que pode parecer uma ameaça ao privilégio de sua posição e uma brecha em sua fronteira marítima.

(p. 259-263)

¹⁵. Ver Galdoz, *Revue internationale de l'enseignement*, 15 de outubro de 1885.

¹⁶. Kant, *Anthropologie*.

¹⁷. Canal da Mancha. (N.T.)

Nacionalidade escocesa

A história da Escócia desenrolou-se num sistema de férteis planícies interligadas, ainda que formando diversos compartimentos distintos cujo acesso era facilmente defensável, sulcada por belos rios e entrecortada por baías profundas. Não ocupam nem um quarto da superfície total, mas representam quase toda a parte cultivável. Enquanto nas terras altas se mantinha a vida de clãs, desenvolvia-se ali uma vida nacional. Quase todas as lembranças históricas e nacionais se concentram nessa área. Entre as desembocaduras do Forth e do Tay se encontra a pequena cidade universitária de Saint-Andrews, que foi, com Glasgow, uma das duas sedes metropolitanas da antiga Escócia. Perto de Perth estão as ruínas da abadia de Scone, que outrora englobava a pedra legendária onde os reis eram coroados. A velha fortaleza de Stirling, de onde se tem uma vista que domina um vasto horizonte, comandava a passagem de Forth, bem como Perth e o Norte. Entre Stirling e Edimburgo, os campos de batalha de Bannockburn e de Falkirk lembram as lutas mantidas contra os ingleses pelos heróis nacionais, Wallace e Rober Bruce. Todas essas lembranças estão vivas: elas respondem, pois, a sentimentos profundamente enraizados e que encontraram um intérprete no célebre romancista ao qual o reconhecimento de seus compatriotas dedicou mais estátuas do que jamais obteve um conquistador. A Escócia, tanto a do passado quanto a do presente, está contida quase inteiramente na região das terras baixas.¹⁸

Em boa hora, nessa zona das Lowlands, um idioma vizinho à língua dos anglo-saxões, e que hoje cedeu o lugar ao inglês, substitui os velhos idiomas célticos. Mas o povo escocês permaneceu distinto do povo inglês. Ele acrescenta ao espírito prático dos ingleses hábitos de sobriedade e de economia, inspirados sem dúvida pela insuficiência de solo que, com frequência, despertam a zombaria de seus vizinhos. Contraído em seu território, em boa hora recorreu à indústria e à emigração. Mais ainda do que os ingleses, ele se mostra atualmente viajante e cosmopolita. Depois da Irlanda e da Noruega, a Escócia é o país da Europa que fornece, relativamente, o maior número de emigrantes, fonte de colonos hábeis. Belfast, no norte da Irlanda, é uma criação escocesa; o elemento escocês tem um lugar importante no Canadá. Ele forneceu às explorações geográficas, homens de raro caráter, Mungo-Park e Livingstone. Sua superioridade em relação aos ingleses brilha no ensino e na ciência. Em 1885, a universidade de Edimburgo contava com mais de 3.400 estudantes. Como os escandinavos, dos quais se aproximam por sua origem, os

¹⁸. Perth: 29.000 hab., Stirling: 16.000 hab., Saint-Andrews: 6.500 hab.

escoceses mostram uma inclinação não isenta de formalismo às questões religiosas. As seitas são numerosas. Sua Igreja estabelecida, dita presbiteriana, não reúne mais do que um sétimo da população; o restante dividindo-se entre a Igreja dita livre e diversas comunhões dissidentes. Democrata na religião, é liberal na política. Ainda que não haja mais um reino da Escócia, ainda existe um povo escocês.

Não é raro que um Estado situe sua capital, não no centro, mas próximo às fronteiras no ponto ameaçado em direção ao qual se dirigem os esforços. Esse foi o caso de Edimburgo que, melhor posicionada que Perth para vigiar a fronteira inglesa, tornou-se a partir do século XI a capital ordinária do reino. A duas léguas da extremidade dos montes Pentland, numa planície em que se elevam isoladamente, como tantos fortes e observatórios naturais, massas de rochedos basálticos, a nobre cidade guarda a seus pés as águas do Firth, distantes somente meia légua. Um desses rochedos, com 251 metros, e que deve à sua forma singular o nome de Cerco de Arthur, domina imediatamente o palácio de Holyrood e a cidade antiga. Uma população miserável se aperta em ruelas estreitas, que os nobres outrora construíram em torno de suas casas para poderem abrigar-se através de barricadas. Os bairros antigos comunicam-se com os novos e elegantes por meio de viadutos lançados abaixo de uma profunda ravina, que espremem de forma estreita habitações mais altas, de vários andares, o que acaba conferindo a Edimburgo uma fisionomia única entre todas as cidades da Grã-Bretanha. A “Atenas” do Norte é, depois de Londres, o principal centro de publicações literárias e científicas do Reino Unido. Ela tem seu Pireu no porto de Leith, unido à metrópole por uma espécie de extensa rua de 1.400 metros, e que mantém sobretudo um importante comércio de grãos com o Báltico.¹⁹

(p. 294-297)

¹⁹. Edimburgo, 236.000 hab., Leith, 61.000 hab.

Nacionalidade irlandesa

(...) diferentemente do que se passa em certos países da Europa continental, não é sobre o terreno linguístico que se colocam as reivindicações irlandesas. Honrosos esforços foram tentados – e o são ainda – para “preservar e cultivar” a língua céltica da Irlanda.²⁰ Mas essas tentativas têm um caráter científico e não político. É em inglês e às vezes num inglês sem nenhum sotaque que os irlandeses denunciam a Inglaterra. A diferença de religião constitui, não se poderia negar, uma barreira ainda mais forte que a da língua entre as frações da população irlandesa. A ideia de sofrer a influência da maioria católica estimula certamente mais de um preconceito entre a minoria presbiteriana do norte da ilha. Não é menos verdade que os protestantes forneceram à causa irlandesa alguns de seus mais ardentes defensores.

O irlandês é mais uma nação do que uma raça. Como acontece em todo país fortemente individualizado, sobretudo em ilhas, a influência do meio acabou por prevalecer – salvo numa grande parte do norte – sobre a diferença de origem; ela gerou os irlandeses, tanto a partir de celtas misturados com escandinavos e saxões que se encontram no leste quanto de celtas mais ou menos puros que se conservaram no oeste e no sul. Não é apenas no oeste, entre as populações de tez mate, cabelos castanhos ou escuros, mas com olhos frequentemente claros, em que o tipo denota uma origem celta, que o sentimento irlandês é duradouro. Ele não se manifesta com menos intensidade no centro, apesar da infusão de sangue inglês devida aos colonos de Elizabeth e de Cromwell; ele é igualmente forte entre essas populações atléticas do leste e do norte, uma das mais fortes raças militares existentes, cujo sangue correu abundantemente há dois séculos sobre quase todos os campos de batalha da Europa, das Índias e da América.

Para além dessas diferenças regionais e de nuances locais menos sensíveis ao olhar estrangeiro, mas que se revelam no ditado popular, discernimos um conjunto de qualidades e hábitos que pertencem propriamente ao povo irlandês e que o tornam de certa perspectiva o antípoda dos ingleses. Há em todo irlandês a predisposição a um advogado ou um artista; a palavra lhe apetece por ela mesma; na conversação, em que, aliás, se destaca, ele se mostra mais disposto a antecipar o pensamento de seu interlocutor do que se preocupar em formular com exato rigor o seu

²⁰. Deve-se citar a *Union gaélique (for the preservation of the Irish language)*, fundada há alguns anos em Dublin.

próprio pensamento. Reunidos, a animação os domina e a brincadeira corre sem parar de boca em boca. Há algo de meridional nos hábitos, como no clima. Vendo os grupos reunidos nas esquinas acreditar-se-ia estar em uma cidade qualquer do sul da Europa. Normalmente doces e de humor fácil, eles são suscetíveis a se exaltarem e sofrerem os arrebatamentos de uma natureza com tendências ao excesso. Sua inteligência e sua facilidade para o ensino são marcantes. Em meio à miséria mais extrema, a imaginação irlandesa não esmorece; não existe nenhuma choupana, mesmo a mais destituída de móveis ou de objetos necessários à vida, onde não penetre, sob forma de uma gravura, a lembrança dos acontecimentos ou dos homens que se associaram à causa nacional; a atmosfera e as melodias da Irlanda são conhecidas em todo mundo.

(p. 312-314)

A Prússia e o Império Alemão

Ainda que a unidade política da Alemanha tenha seguido de perto a realização da unidade italiana, e que exista entre esses dois acontecimentos um laço mais forte do que uma mera coincidência de datas, suas condições foram bem diferentes. Em 1859, o Piemonte compreendia apenas um quinto da população da Itália; a Prússia, na véspera das expansões de 1866, já possuía a metade da população das zonas que compõem o Império atual. A capital do Piemonte, após alcançado o objetivo nacional, teve de se conformar e dar lugar a uma outra metrópole; a capital da Prússia tornou-se a capital do Império. O reino da Itália fez desaparecer todos os governos locais, a última transformação da Alemanha não suprimiu aqueles que haviam sobrevivido às anexações de 1866. Com a Itália unida, parece que o Piemonte viu esgotado seu papel histórico; a Prússia subsiste com sua individualidade intacta numa nova Alemanha.

Os alemães afirmam de bom grado que uma raça puramente alemã não teria realizado o tipo de concentração política que representa o Estado prussiano – era preciso a mistura com um elemento mais maleável, o elemento eslavo. É certo, como vimos, que muitas gotas de sangue eslavo correm nas veias do povo que se formou entre o Elba e o Oder e sobre as costas do Báltico. Mas foi a colonização germânica que imprimiu o selo da nacionalidade prussiana; colonização que não ocorreu ao acaso, sendo perseguida sistematicamente durante vários séculos, recrutada em todas as raças da Alemanha, mas principalmente no elemento saxão e holandês, ao qual se acrescenta mais tarde um fermento francês. Dessa combinação

originou-se um povo especial, um tipo bem característico e particular que, já no final do século passado, atraía vivamente a atenção dos observadores.²¹

A palavra arreatamento é a que melhor traduz a principal diferença ainda existente entre o prussiano e os demais alemães. Este arreatamento remonta há muito no passado. Chegando como colono numa nova terra, o futuro prussiano ali se encontra liberto de seus laços locais hereditários que uniam o camponês à sua paróquia, o burguês à sua cidade e que os impediam de ver algo além. Na Prússia os quadros nos quais estava cristalizada a sociedade alemã não tiveram tempo de se consolidar. A mão dos chefes militares, antigos senhores feudais [*margraves*], eleitores ou reis, pôde trabalhar sobre uma matéria maleável e dócil. Desses camponeses endurecidos pela luta contra o solo avaro, desta burguesia municipal sem esplendor, dessa nobreza pobre, ela fez um povo de funcionários e de soldados. Somente houve na Prússia servidores de Estado, e nessa ação em que o príncipe fornecia o exemplo, cada um teve o sentimento do seu próprio esforço. Sobre uma base assim preparada os sucessos de Frederico, o Grande, iluminaram um imenso orgulho nacional. Eles excitaram essa “verve nacional”, seguindo a feliz expressão de Mirabeau²² chamada, diz ele, na Alemanha, o instigador prussiano: “Os prussianos, escreveu mais tarde Beugnot, têm em comum com os alemães a língua, a coragem e o pendor para o iluminismo²³, mas na escola de Frederico tornaram-se desprendidos e audaciosos”. É por esse temperamento decidido e pela convicção de sua superioridade que se impõem sobre os outros alemães. Longe de procurar se confundir, o prussiano mantém rigorosamente e acentua conforme a necessidade o seu caráter próprio. Na Alemanha unificada, a Prússia conserva a atitude do Estado modelo e aos olhos de uma grande parte da própria Alemanha, prudente em relação a seus velhos instintos particularistas, “a escola prussiana” ainda é indispensável.

(p. 191-193)

(...)

Basta um pouco de reflexão sobre esse passado para apreciar, de fato, as diferenças profundas que o separam [o Sacro-Império Germânico]

²¹. Mirabeau, *Tableau de la Monarchie prussienne*. Londres, 1788.

²². Id., vol. III, p. 661.

²³. *Memoires*, vol. I, p. 296. Este último traço parece atualmente exagerado, mas ele traz consigo a marca do tempo.

do Império atual: a coroa hereditária e não mais eletiva, o centro de gravidade transportado do Sul ao Norte da Alemanha, a Áustria excluída e a Prússia dispondo, enquanto dominante, de uma organização bem mais sólida do que foi a do Santo-Império. Havia no antigo Império regiões que, sem deixar de integrá-lo, dependiam de soberanos estrangeiros, da Suécia e da Inglaterra, enquanto que, ao contrário, boa parte dos domínios prussianos ou austríacos se mantinham fora dos quadros da organização imperial. Nada disso ocorre no novo Império: não mais que o antigo, ele não é exclusivamente germânico por sua composição etnográfica, compreendendo elementos estrangeiros cuja importância pudemos notar; mas nenhuma potência estrangeira possui uma parcela do solo imperial, e nenhum membro do novo Império possui uma única parcela de solo fora de seu território.

Mas não há na nova instituição imperial apenas o que a realidade lhe proporciona; há também aquilo que a imaginação lhe acrescenta. No fundo, o espírito alemão, tão impregnado de tradições históricas, vê aí antes uma restauração do que uma criação propriamente nova. Em suas reminiscências, ele remonta, não aos reis da Germânia, mas a Carlos Magno e aos Otons. Os sessenta e quatro anos decorridos do final do antigo Império da Alemanha até a proclamação do novo não constituem um período suficientemente longo para que os últimos reflexos do sol imperial tenham tido tempo de desaparecer do horizonte germânico. A Alemanha atual restabelece pelo passado imperial a continuidade de sua existência nacional. Monárquica, ela retoma, para aí acrescentar os nomes da atualidade, sua linhagem de imperadores, remontando, sem outra interrupção senão dois interregnos, a Carlos Magno. Ela se sente diminuída com os decréscimos sofridos pelo antigo Império germânico, diminuída das perdas reais ou pretensas que teve.

É assim que, sob os limites atuais do Império, encontra-se uma outra Alemanha, não menos popular nos livros e na escola: ela se estende de Pais-de-Calais a Presburgo, da ponta da Jutlândia ao golfo de Fiume. A França, aí, é dotada de “limites naturais que, partindo do cabo Griz-Nez, atinge as fontes do Lys, do Escaut e do Sambre, seguindo a Argonne e as alturas entre o Meuse e o Ormain até o planalto de Langres e os montes Faucilles”. Sem reivindicar positivamente, ao menos em sua totalidade, o reino de Arles, recorda-se que a Alemanha tem direitos historicamente fundados sobre as regiões do Ródano. A Suíça, a Bélgica, Luxemburgo, os Países Baixos e a Dinamarca figuram como “Estados alemães exteriores” na órbita do novo Império – quando não em nome do parentesco linguístico, é em nome do laço de obediência ou de vassalagem que os teria

unido ao Império Alemão²⁴. Os vizinhos da Alemanha que tinham acreditado na morte do Sacro Império pagariam os custos de sua ressurreição, se algum dia tais pretensos direitos históricos viessem a ser reivindicados.

(p. 202-204)

Populações [ibéricas]

Há nesta península uma ausência de ligação natural que influenciou o destino e o caráter das populações. Ela foi atingida, contudo, e em muito boa hora, pelas correntes gerais de comércio e de invasões que contribuíram para misturar as raças do Mediterrâneo e da Europa. Desde época remota, a colonização fenícia, reforçada mais tarde pela de Cartago, começou a introduzir elementos orientais na população do sul. Em torno do século VI a.C, invasões celtas, penetrando pelas passagens ocidentais dos Pireneus, expandiram-se no oeste e no centro, suficientemente numerosas para constituir grupos políticos duráveis e para imprimir seus traços nos nomes dos lugares²⁵. Lentamente, mas de forma segura, a conquista romana ganhou todas as partes da península, aí implantando a língua que deveria substituir, salvo em alguns distritos montanhosos do Norte, os antigos dialetos ibéricos. A península não escapou das invasões germânicas; os suevos, os alanos e os vândalos entraram pela mesma porta de invasão em que outrora entraram os celtas. Depois deles, os godos

²⁴. Esses exemplos são tomados de uma das obras escolares mais conhecidas: Daneil, *Handbuch der Geographie*, especialmente o vol. III, p. 17; vol. IV, p. 948; vol. II, p. 673, etc. (5ª edição). No que concerne às relações entre Alemanha e Itália, encontra-se a seguinte passagem: “Segundo Rodolfo de Habsburgo, os soberanos que abarcaram em sua amplitude a ideia imperial provam que, mesmo na Itália, nem tudo estava perdido; era preciso apenas que um grande coração presidisse a sucessão de Carlos Magno. Ideia banal, que a Itália não foi para a Alemanha senão um apêndice perigoso! Até esses últimos tempos uma política realmente alemã não poderia renunciar a exercer uma influência precisa sobre as coisas da Itália ...” (vol. IV, p. 8) A frase final foi suprimida na última edição.

²⁵. A nomenclatura geográfica da Espanha, tal como se encontra em Ptolomeu, está fortemente impregnada de elementos célticos. Esses elementos em grande parte desapareceram da nomenclatura moderna. Encontramo-los, contudo, nos nomes de cidades, como Bragança (*Brigantium*) e, sobretudo, nos nomes de rios: Deva, em Guipuzcoa, Douro (*Dorio* em Ptolomeu). Entre os nomes de origem púnica que persistiram, pode-se citar, além de Cartagena, a cidade marítima de Adra, que é a antiga Abdera [N.T.: até hoje “Abdera” consta no brasão da cidade andaluza de Adra].

fundaram um vasto império cristão que se estendeu primeiro dos dois lados dos Pireneus, até que o avanço da dominação franca o confinasse à península, que abarcava quase inteira. Toledo foi a residência dos reis, sede de numerosos conselhos. Os descendentes dos invasores germânicos fundiram-se na massa da população romanizada. Mas esta fixação duraria apenas dois séculos e já os árabes, ultrapassando o estreito de Gibraltar, aniquilaram-no para sempre na batalha de Jerez de la Frontera (711). Foram necessários oito séculos para retirar a península, pedaço por pedaço, da dominação muçulmana. Na origem desta cruzada, as regiões vizinhas dos Pireneus, transformadas no centro de reunião dos destroços da sociedade cristã, serviram de barreiras contra o islã; circunstância que, ali como em outros países, favoreceu a concentração política e preparou a formação de Estados.

Num país menos naturalmente fragmentado, uma série tão longa de acontecimentos comuns teria ocasionado, entre os diversos grupos da população, uma fusão bem mais pronunciada que aquela observada na península. Não somente esta se encontra politicamente dividida em dois Estados diferentes pela língua e por seus interesses, mas a antipatia da população aprofunda esse fosso entre os dois reinos. Nas cidades de Portugal, dizem os viajantes, é preciso algum tempo para que o camponês se convença de que o estrangeiro com quem negocia não é espanhol, contra o qual, sobretudo nas fronteiras, experimenta uma aversão insuperável.

Na própria Espanha, mesmo as rivalidades provinciais respondem a diferenças profundas de costumes e de espírito. Frente ao estrangeiro, ao *gavacho*²⁶, o espanhol se sente espanhol e levanta a cabeça. Entre compatriotas, ele é castelhano, andaluz, catalão, basco ou aragonês. O castelhano com suas belas qualidades de nobreza e de dignidade pessoal, mas sua apatia diante das realidades práticas, simpatiza pouco com o catalão, especulador audacioso mas positivo, apegado ao esforço e ao ganho. Para este, o idioma sonoro dos castelhanos, tornado sob a pena de grandes escritores o espanhol clássico, é uma língua estrangeira. A que utilizam com uma preferência ciumenta na língua falada, e mesmo na escrita, é esta língua catalã cuja pronúncia um pouco rouca agride os ouvidos, desde que se ultrapassa Corbières e que se entra no nosso Roussillon. O catalão, de tom ruidoso e de fisionomia aberta, gosta de festas, mas repugna a melancólica devoção aragonesa. Como o aragonês, o basco é ardoroso católico, mas quantas diferenças entre as regiões e os

²⁶. Em itálico no original. Os espanhóis dão pejorativamente o nome de “gavacho” aos franceses. (N.T.)

homens! Em Aragão, uma população austera, de tez mate e morena, concentrada nas cidades cujas casas cor de terra não contribuem para alegrar a fisionomia da região; os bascos, de rosto vivo, dispersos em inúmeros *caseríos* ou chácaras isoladas, amigos das reuniões e das danças, festivos até à paixão e à petulância, e bem capazes de transgredir, exceção muito rara na Espanha, as regras da sobriedade. (...)

Menos vigorosos que os bascos e mesmo um pouco pesados de espírito e de corpo, os galegos, ou habitantes da Galícia lembram os homens de nosso maciço central. São trabalhadores robustos e pacíficos, que encontramos como carregadores ou domésticos nas grandes cidades da península, acumulando uma economia que de vez em quando levam para suas famílias. Falam um dialeto que é mais próximo ao dos portugueses do norte, aos quais em muito se parecem, do que ao castelhano. De bom grado emigrantes, que se dirigem sobretudo para o Brasil.

Há maior mistura entre as populações do sul do que entre aquelas do norte. Se o castelhano de velhas raízes se vangloria, com certa razão, da pureza de seu sangue cristão, não se pode dizer o mesmo das populações de Múrcia ou mesmo de Valência e, sobretudo, da Andaluzia e do Algarve. Os elementos mouros, provavelmente transplantados sobre os restos mais antigos de imigrações orientais, deixaram uma marca inapagável na raça, bem como nos nomes de lugares²⁷. Muitas particularidades do tipo andaluz, notadamente o formato do rosto e a curva pronunciada do nariz, parecem ser tomadas de empréstimo das raças orientais; os traços são muito característicos, sobretudo, entre as mulheres – apesar de que, diz um escritor alemão²⁸, “na Alemanha os tomaríamos sem hesitação por judeus”. Na moral, mais ainda que no físico, o exuberante andaluz se difere dos espanhóis do norte.

Não há região da Europa que não ofereça mais ou menos diferenças provinciais ou locais. Mas em nenhuma parte, pelo menos na Europa ocidental, se apresentam com maior intensidade do que na Espanha. Os grandes fluxos da vida moderna não conseguiram dissipá-las. O regionalismo ainda está incrustado na alma das populações da península. Mas essas populações estão ainda mais separadas do resto da Europa do que isoladas entre si. É isso que faz com que, apesar de todas essas diferenças, exista um fundo comum, uma medalha fortemente cunhada que

²⁷. *Guäd*, curso d'água; *Algarve*, região do oeste; *Andaloz* (Andaluzia, mesmo sentido); *Garnath*, Granada; *Almaden*, minas; *Gild al Tarik* (montanha de Tarik), Gibraltar; *Alcântara*, a ponte; *Alhama*, as águas termais etc.

²⁸. *Wilkomm. Pyrendische Halbinsel*, 3^a. ed., p. 177.

se pode denominar o caráter espanhol. O traço mais distintivo para o estrangeiro é a fidelidade obstinada que o espanhol professa por próprios costumes²⁹. Ele não ensina nada e nada quer aprender fora. Orgulhoso de si mesmo, ele não experimenta ou pelo menos não manifesta qualquer curiosidade em relação ao estrangeiro, que trata com uma cortesia mesclada com indiferença. É um grande senhor empobrecido que mantém suas pretensões e permanece fixado em sua postura.

(p. 340-344)

O caráter catalão

O catalão tem plena consciência do papel à parte que lhe cabe nas questões econômicas do reino. Ele gosta de opor o espetáculo de sua atividade material à inércia das outras províncias, seu espírito prático ao idealismo ou, mais simplesmente, ao dom-quixotismo castelhano³⁰. Ainda que fortemente imbuído de espírito local e mesmo chauvinista, sabe romper com seus hábitos quando se trata de benefícios seguros a serem realizados fora de seu mundo. E não é apenas na península, mas nas colônias, que o catalão domina o comércio, o setor bancário e a indústria. Nele, a imaginação não se volta para a arte e a eloquência, mas para a ação e os negócios. A história não se mostra muito diferente em relação ao presente. A vida do erudito mais original que a Catalunha produziu, Raymond Lulle, é a de um ilustrado prático ou, em todo caso, de um homem de ação muito mais do que de um pensador. Enquanto Castilha se vê absorvida em sua eterna cruzada, a política catalã dirige-se exclusivamente ao comércio. Ela permanece obstinadamente local. Mesmo quando a descoberta do novo mundo fez fermentar todas as imaginações, desde as margens de Astúrias até o estreito de Gibraltar, os cronistas catalães continuavam a registrar minuciosamente as menores escaramuças de rua ou as chegadas do porto, sem se preocupar de outro modo com a busca pelo Eldorado ou pela fonte da juventude. É assim que a Catalunha de hoje fornece à Espanha muito mais comerciantes e banqueiros que políticos. As questões de política geral a deixam indiferente. Mas, ao

²⁹. O caráter espanhol sempre teve o dom de atrair a curiosidade dos observadores. Ver, por exemplo, no século XVI, as *Relations des ambassadeurs vénitiens*; no XVII, a *Relation du Voyage d'Espagne*, da Sra. d'Aulnoye (Haia, 1692). Comp. Kant, *Anthropogeographie*; Laborde, *Itinéraire*, vol. V; e o que dizem os antigos ibéricos Estrabão (III, 4, 17) e Justino (44, 6, 2).

³⁰. Ver Almirall, *Les Catalanisme*. Barcelona, 1885. (em catalão)

contrário, seu particularismo inato, no qual se inclui uma forte parcela de antipatia instintiva contra a política madrilenha, está prestes a despertar a qualquer momento. Já conseguiu restituir o caráter de língua literária a seu idioma que, inteiramente negligenciado até o primeiro quarto deste século, estava em vias de degenerar em simples *patois*³¹. E ela não limita a isso suas aspirações: veria sem lamento o afrouxar do laço que a une ao resto da monarquia espanhola, esquecendo que deve a essa união o próprio campo de exploração privilegiado do qual tira proveito. (...)

(p.397-398)

O futuro das raças da península ibérica

O que melhor representa a grandeza passada desse pequeno povo [português] é a extensão de sua língua. Ela reina sobre o imenso Brasil. Sobre a costa da Guiné os mestiços portugueses ou brasileiros multiplicam-se com uma surpreendente rapidez e por todo canto expandiram seu idioma. A imigração portuguesa no Brasil é considerável. Ela produz relações ativas entre a antiga metrópole e o império a que deu origem. Muitos imigrantes retornam à mãe pátria após terem enriquecido – é a esses “americanos” enriquecidos que pertence a maior parte das *villas* que contribuem para conferir um ar de opulência às zonas rurais do norte.

Portugal é tão somente um pequeno país da Europa. A própria Espanha não se encontra mais entre o conjunto do que denominamos as grandes potências. Mas, no mundo, a língua e os costumes desses dois povos têm um amplo espaço. Após o inglês e o russo, o espanhol é a língua falada pelo maior número de pessoas. Há cidades de língua espanhola que já igualam e que, sem dúvida, não tardarão a ultrapassar as maiores da Espanha: Buenos Aires, México, Santiago do Chile, Montevidéu, Valparaíso. A maior cidade de língua portuguesa já não é mais Lisboa, mas o Rio de Janeiro. A marca espanhola ou portuguesa estende-se por sobre toda a parte do continente americano que vai dos planaltos do Texas ao cabo Horn. Não somente a língua mas muitos traços no modo de viver, na forma das casas, no estilo dos edifícios, lembram a península.

A história, é verdade, cortou o laço político entre a metrópole e suas antigas dependências. A árvore se enfraquecendo, os brotos proliferam livremente, e ainda melhor já que não eram molestados por sua sombra. A Espanha não conseguiu, como a Inglaterra, conservar ao menos o primeiro

³¹. Ver nota 1 desta parte. (N.T.)

lugar no comércio com as colônias que dela se separaram – é com a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha ou os Estados Unidos, bem mais do que com a antiga metrópole, que a América espanhola trava relações de negócio. Apesar de tudo, resta uma marca de origem que o afluxo de elementos estrangeiros nas repúblicas do Prata e do Chile não conseguirá apagar totalmente, e que poderia se tornar uma fonte de vantagens comerciais para a Espanha, caso ela viesse a reconstituir sua potência econômica. Se, de fato, os italianos e os alemães no Brasil, os italianos e os franceses rumo à república Argentina, fornecem fortes contingentes migratórios, há também na península raças que detêm uma parcela ativa nesse movimento e sobre as quais continua a atuar a atração americana. Os portugueses e galegos dirigem-se em massa ao Brasil. Os catalães e, sobretudo, os bascos, relacionam-se com os Estados do Prata e com o Chile. Pode-se calcular em torno de 350.000 o número de nacionais que a Espanha e Portugal possuem atualmente na América do Sul. É provável, então, que o núcleo ibérico, fortalecido pelo afluxo de novos elementos de mesma origem, absorva os elementos estrangeiros, e que continue a deixar sua marca nos povos que se formam nas partes temperadas do sul da América. A península, em todo caso, tem mais a ganhar do que a perder nessa emigração que arrebatou seus homens, mas que em parte os devolve, e que os torna assim mais ricos, mais ativos, o espírito mais aguçado e mais livre.

(p. 417-419)

A unidade italiana

A unidade italiana não é um desses resultados aos quais os homens são lentamente conduzidos devido à influência das causas geográficas, é uma obra de paixão e de vontade. Antes de existir como nação, a Itália manifestava-se como centro de um império mediterrâneo no qual estava sintetizada a civilização clássica. Privada de sua dominação temporal, Roma havia permanecido como possessão da autoridade espiritual sob a cristandade. Mais tarde, ao longo de um período de fragmentação política, acompanhado de guerras internas e de intervenções estrangeiras, a Itália não havia descartado o mais vivo esplendor pelo comércio, as artes e a literatura. Ainda não havia nação italiana mas já existia, e há séculos, uma literatura e uma arte italianas. A alma italiana não é, por natureza, esquecediça, e esse fundo comum de lembranças, vivificadas pela comparação com o presente, nela fermentou até o dia em que as circunstâncias tomam uma direção favorável às suas aspirações. Este termo

nação italiana representa um mundo de lembranças, de esperanças, de ambições, do qual dificilmente um estrangeiro consegue fazer ideia. A ascendência, nesse caso, é suficientemente forte para que tenha sido possível observar a realização daquilo em que os homens da Idade Média jamais teriam acreditado: as velhas rivalidades esquecidas, os troféus de ódio abolidos, Gênova cedendo a Pisa as instalações de seu porto, o sul e o norte aproximando seus interesses, superando suas antipatias, e a ideia de unidade se elevando acima das tendências particularistas do território [sol].

A unidade italiana é o desejo apaixonado de um povo, já tornado próximo pela história e pela língua, de alcançar no mundo um lugar digno de seu passado. Tudo o que nele havia de ambições reprimidas, de atividade insatisfeita e, pode-se dizer, de vigor revolucionário, trabalha, há um quarto de século, com um ardor inquieto, para constituir o novo reino sobre a base de uma grande potência.

A extensão de suas fronteiras continentais lhe impunha o encargo de uma grande organização militar: o exército italiano de primeira linha chegou a uma cifra que os documentos oficiais avaliam em 690.000 homens³². Neste número estão compreendidos os batalhões alpinos, cerca de 26.000 homens, recrutados nos altos vales onde exercem a guarda e onde são adestrados na guerra de montanha. Não falamos de cifras enormes, que constituem, sem dúvida, uma força mais aparente que real, à qual se acrescenta a filiação da milícia móvel e, sobretudo, da milícia territorial.

Para tirar todo partido possível de suas forças militares, a Itália encontra nas condições geográficas obstáculos muito sérios. Um deles provém da insuficiência de seus recursos em cavalos. Outra consiste na própria configuração da península. Quantas dificuldades para efetivar a pronta concentração de forças sobre o ponto ameaçado, para trazer rapidamente do centro da Itália as tropas necessárias na base dos Alpes! O problema vital das vias de comunicação foi abordado com grande energia. Basta lembrar, depois do que já foi dito, que o reino dispensou mais de

³². Duração do serviço no exército de primeira linha: 3 anos para a infantaria, 4 para a cavalaria. Contingente ativo, em torno de 80.000 homens por ano; 12 regiões do exército, das quais as sedes são: Turim, Alexandria, Milão, Piacenza, Verona, Bolonha, Ancona, Florença, Roma, Nápolis, Bari, Palermo. O material de mobilização está concentrado nos depósitos de Bolonha, Verona, Mântua e Piacenza. O território está dividido em 5 zonas de recrutamento, mas cada regimento é recrutado nas cinco zonas, “medida que tem por finalidade unir os componentes muito diversos fornecidos pelo recrutamento”. (Niox, *Géographie militaire*, II)

dois bilhões e meio na construção de estradas de ferro. Sem entrar nos detalhes técnicos, que ultrapassam nosso tema, pode-se dizer que a dificuldade não foi inteiramente vencida. Reduzida à assistência às vias terrestres, a Itália continua num estado de inferioridade relativa no que tange à rapidez da mobilização. É preciso que ela suplante a insuficiência das comunicações terrestres com um sistema bem organizado de comunicações marítimas. Ela precisa ser forte no mar para garantir o manejo de seus recursos militares. Explica-se assim porque a formação de uma potência naval imponente pareceu a seus homens de Estado o corolário obrigatório de sua unidade.

Com o grande desenvolvimento de seu litoral e a cifra elevada de sua população marítima³³, a Itália possui os principais elementos necessários à formação de uma potência naval. Nos últimos dez anos, nenhum Estado gastou tanto dinheiro e esforços com seus armamentos marítimos. Os colossais couraçados saídos dos estaleiros de Castellamare, o Duílio, o Dandolo e, sobretudo, o Itália e o Lepanto são os navios do tipo mais potente que já foi construído. Os últimos têm um calado de mais de 9 metros, exibem canhões de mais de 100 toneladas e custaram, cada um, 24 milhões. Contudo, os navios construídos a partir de 1883 têm proporções mais modestas. Em síntese, a frota de guerra italiana conta atualmente com 15 couraçados, 10 cruzadores, uma flotilha numerosa de canhoneiros e de torpedeiros, com um pessoal naval de 15.000 homens.

(p. 531-533)

³³. Um sexto da população italiana (cerca de 4.800.000 hab.) está concentrada a menos de uma milha marítima da costa. Conta-se cerca de 200.000 marinheiros.